

Dimensões do público e do privado na trajetória do Instituto Oswaldo Cruz (1900-1970)

Tiago Siqueira Reis
Universidade Nova de Lisboa
Lisboa - Portugal
siqueira.treis@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) nos anos de 1900, data de sua fundação até 1970, quando se transforma na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nosso objetivo é compreender e identificar os traços de natureza privada na construção política e gerencial do instituto. Partimos do pressuposto de que o Instituto Oswaldo Cruz durante este período buscou edificar um projeto institucional de base autônoma e flexível, onde podemos observar em certos momentos, uma relação conflituosa com o poder estatal. Portanto, nosso intuito é apresentar possíveis aproximações da trajetória do IOC com uma perspectiva de interesse e de gestão privada.

Palavras-chave: Instituto Oswaldo Cruz. Trajetória Gerencial. Público *versus* privado.

Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição pública em ciência e tecnologia na área da saúde, vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Fiocruz nasce em 1970 por força do regime civil-militar a partir da fusão de seis institutos de saúde pública brasileira¹, com a finalidade de prestar serviços em ensino, pesquisa, informação, tecnologia, produção de bens e serviços e apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde brasileiro, com objetivo de contribuir para a melhoria e qualidade de vida da população, destacando-se como a mais importante do setor na América Latina².

A história da Fiocruz se confunde com a do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), fundado em 1900 na mesma localidade que deu origem a Fiocruz. Com a formação do complexo fundacional em 1970, o IOC que já se destacava no cenário nacional como um dos mais proeminentes institutos de pesquisa em saúde pública, passa a conviver institucionalmente com outras entidades de pesquisa em saúde. No entanto, o regime civil-militar na criação da Fiocruz, atribui ao IOC a responsabilidade e importância de se tornar o eixo central do “novo” empreendimento, ou seja, a Fiocruz deverá seguir as mesmas diretrizes estabelecidas

¹ Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança; Instituto Nacional de Endemias Rurais do Departamento Nacional de Endemias Rurais; Instituto Evandro Chagas da Fundação Serviços de Saúde Pública; Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra.

² FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Relatório de Atividades 2000*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

pelo IOC, em especial, a lógica de funcionamento ancorada em ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, é comum ouvirmos falar que a Fiocruz é uma instituição centenária, nascida em 1900, onde a própria entidade afirma que sua trajetória histórica nasce a partir da criação do Instituto Oswaldo Cruz.

Há, portanto, uma ruptura institucional na trajetória do IOC com a criação da Fiocruz em 1970, sendo bem aceito pela historiografia que, a partir dessa data, temos o nascimento de uma nova instituição em saúde pública. Entretanto, o legado de Oswaldo Cruz, fundador e principal personagem do IOC, mantém-se presente no processo de construção da identidade da fundação.

Os estudos que se dedicam a Fiocruz concentram suas balizas cronológicas, em especial, ao período que remete ao IOC. Encontramos uma historiografia consagrada que aborda distintas questões do universo do campo da saúde, dos aspectos formadores e do desenvolvimento do instituto e da Fiocruz, e pesquisas relativas aos principais atores da instituição, como por exemplo, Oswaldo Cruz (BRITO, 1995) e Carlos Chagas (KROPF, 2006). De certa forma, encontramos um grande número de trabalhos com abordagem similar no que diz respeito ao recorte no período pós-1970. Para tanto, pouco se tem discutido sobre a trajetória política do IOC e da Fiocruz, especificamente do ponto de vista do modelo de gestão. Encontramos uma lacuna em questões que abordam a dualidade entre o público e o privado e a construção de interesses internos vinculados a uma lógica de gestão privada.

Nesse sentido, pretendemos na presente pesquisa analisar a trajetória política do Instituto Oswaldo Cruz, no período de 1900 a 1970, tendo por objetivo compreender e identificar traços de natureza privada na construção política e gerencial. Nessa direção, sugerimos que o Instituto Oswaldo Cruz buscou ao longo de sua trajetória edificar um projeto institucional de base autônoma e flexível, onde podemos observar em certos momentos uma relação conflituosa com o poder estatal. Portanto, nosso intuito é apresentar possíveis aproximações da trajetória do IOC com uma perspectiva de interesse e de gestão privada. Nossa investigação pretende contribuir com a historiografia que se ocupa da história do IOC e da Fiocruz, propondo a possibilidade de se aprofundar nos estudos relativos aos modelos gerenciais empreendidos no IOC, como forma de compreender a dinâmica da Fiocruz pós-1970.

Trajatória política do Instituto Oswaldo Cruz

Com a notícia do aparecimento de misteriosos casos de enfermidades no Porto de Santos em 1899, que logo se alastrou pela cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo, Brasil, os sanitaristas Vital Brazil, Adolfo Lutz e Oswaldo Cruz dirigiram-se para o local a pedido dos órgãos sanitários a fim de estudar e combater a doença. Identificaram que se tratava da peste bubônica, vulgarmente chamada de *peste negra*, uma doença bastante conhecida dos europeus e muito nociva para a saúde pública.

Dez anos antes, o Brasil havia se transformado em república e recém-saído do modelo escravista. O país era essencialmente rural, baseado na economia primária, dominado pelas elites agrárias, com forte presença de imigrantes na lavoura e ainda muito jovem a respeito da urbanização. A chegada de uma doença de grande vulto poderia colocar em risco a população, porque, além do seu grau de periculosidade, o país carecia de recursos, estrutura política e centros de pesquisa em saúde capaz de combater a peste bubônica.

Por outro lado, era comum epidemias nos centros urbanos, em especial na capital federal – Rio de Janeiro. Porém, sendo tratadas de forma emergencial, sem qualquer planejamento e incentivo público para pesquisas em saúde pública³. Portanto, o Brasil se deparava com a possibilidade de um surto da peste bubônica com imensas dificuldades políticas e estruturais no campo da saúde, além de dificuldades econômicas e de logística para importar a vacina que era produzida na Europa. Como forma de combater a doença foi criado na cidade de São Paulo em 1898 o Instituto Butantã, sob direção de Adolfo Lutz e na capital federal o Instituto Soroterápico em 1900⁴.

Dessa forma, em 1900 foi criado o Instituto Soroterápico Municipal na cidade do Rio de Janeiro, atuando de forma anexa ao Instituto Vacínico, sob direção do Barão de Pedro Affonso e diretoria técnica de Oswaldo Cruz⁵. No mesmo ano, Antônio Coelho Rodrigues

³ O país investia na política de imigração, baseado na economia agrária e dominado pelas elites cafeieiras e rurais do Sudeste, em tempos de turbulências econômicas associadas à crise do café e ao retardamento industrial (BENCHIMOL 2001, p. 36).

⁴ O prefeito Cesário Alvim da cidade do Rio de Janeiro solicita ao Barão de Pedro Affonso, então diretor e proprietário do Instituto Vacínico Municipal, que providenciasse em caráter emergencial a produção da vacina contra a peste bubônica. O Barão propõe a criação de um instituto para produzir o soro contra a peste e convida o pesquisador Oswaldo Cruz para compor sua equipe. Após a inauguração do Instituto, o Barão de Pedro Affonso tornou-se responsável pela organização e direção administrativa do Instituto, a direção técnica fica a cargo de Oswaldo Cruz. No entanto, motivado pelas diferenças técnicas e administrativas de ambos, o Barão em 9 de dezembro de 1902 pede demissão, e Oswaldo Cruz assume a direção geral do Instituto.

⁵ Oswaldo Cruz (1872 – 1917) é, sem dúvida, o personagem mais importante da história da instituição que ajudou a fundar e que leva o seu nome. Médico e sanitarista, discípulo de Émile Roux do Instituto Pasteur em Paris, no qual estagiou por três anos, e reconhecido mundialmente como um dos mais importantes nomes da pesquisa em saúde. Exerceu o cargo de diretor do Instituto de Manguinhos de 1902 a 1915,

assume a prefeitura do Rio de Janeiro, tendo como uma de suas medidas o pedido ao Governo Federal de transferir a responsabilidade do instituto para a órbita federal. Conseqüentemente, em 25 de maio de 1990 por meio do Decreto nº 490, o Governo Federal se apropriou do novo instituto e funda o Instituto Soroterápico Federal sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo inaugurado em 23 de julho deste ano na fazenda de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. A nova entidade recebe o título informal de Instituto de Manguinhos (OLIVEIRA, 2003), dando origem a história da Fundação Oswaldo Cruz.

Após três anos de sua fundação, a diretoria do Instituto (1903-1915) fica a cargo de Oswaldo Cruz, que no mesmo ano também assume a Diretoria Geral da Saúde Pública (1903-1909), órgão de maior representatividade na esfera federal brasileira nesta época. A partir desse momento Manguinhos se projeta no campo da saúde pública e inicia seu projeto identitário que vigora até hoje na instituição. Influenciado por Louis Pasteur, com quem trabalhou por curto período de tempo em Paris, na França, Oswaldo Cruz desenhou a estrutura organizacional do instituto tomando por referência o Instituto Pasteur de Paris fundado em 1888. O instituto francês responsável por fundar a microbiologia, revolucionou a pesquisa científica em saúde e, sem dúvida, influenciou pesquisadores por diversas partes do mundo. O seu modelo organizacional assentava-se no tripé pesquisa, ensino e produção, com boa margem de independência financeira e institucional do Estado e das universidades, como explica Jaime Benchimol (1990, p. 10):

Embora fosse reconhecido como de utilidade pública e contasse com subvenções dos ministérios da Instrução e Agricultura – envolvendo, em contrapartida, o fornecimento gratuito de soros e vacinas – o Instituto Pasteur possuía um estatuto privado e gozava de plena autonomia administrativa e financeira. Seus recursos provinham, fundamentalmente, de doações privadas, da venda de soros e vacinas na França e no exterior e da prestação de serviços a setores médicos, às indústrias (como as de fermentação) e à agropecuária. A autonomia administrativa era assegurada pelos estatutos aprovados pelo presidente da República, em 4 de junho de 1887, conferindo ao próprio corpo científico poderes para a escolha dos sucessores de Pasteur. O Instituto era gerido pelo diretor, um

personalidade de maior respaldo no campo científico da saúde em seu tempo. De acordo com os estudiosos de seu legado, o principal feito de Oswaldo Cruz está em fundar a medicina experimental materializada no Instituto de Manguinhos que ele criou. Responsável por instituir uma escola de biologia voltada para o estudo etiopatogênico das doenças tropicais, inexistentes até então no país (BRITTO, 1995, p. 103). Ademais, ele deu os primeiros e largos passos para o que hoje é o complexo de Manguinhos, e atual Fiocruz, principal instituição científica e tecnológica da saúde na América Latina. Para saber mais sobre a vida e obra de Oswaldo Cruz e a criação do instituto, ver: ARAÚJO-JORGE, Tania Cremonini. BARBOSA, Helene Santos. OLIVEIRA, Ricardo Lourenço de (org.). *Uma escola para a ciência e a saúde: 111 anos de ensino no Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2012; BENCHIMOL, Jayme Larry. *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz, 1990; BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1995; FRAGA, Clementino. *Vida e Obra de Oswaldo Cruz*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005; OLIVEIRA, Benedito Tadeu. *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro; Fiocruz, 2003.

ou dois subdiretores, o Conselho e a Assembléia. Esta elegia os 12 membros do Conselho (renovados em um terço a cada três anos) que, por sua vez, nomeavam o diretor para um mandato, renovável, de seis anos.

Ao assumir a diretoria do instituto, Oswaldo Cruz buscou reformular a lógica estrutural atribuída ao instituto de produtor de soros e vacinas, orientado pelo imediatismo utilitarista das forças do Estado. Tendo como referência o instituto francês, Oswaldo Cruz que já detinha certo prestígio no campo da pesquisa científica, sobretudo por sua projeção na arena política como diretor geral da saúde pública no país, propõe ao Congresso Nacional que transformasse seu instituto de produtor de soros e vacinas “num instituto para estudos das doenças infecciosas tropicais, segundo as linhas do Instituto Pasteur de Paris” (BENCHIMOL, 1990, p. 26).

Entretanto, a pesquisa científica em saúde pública estava em segundo plano no contexto sócio-político do país. Para as lideranças políticas, Manguinhos teria somente como propósito o combate às doenças propagadas na capital federal e nas campanhas sanitárias pelo país, descartando qualquer hipótese de desenvolver uma linha de pesquisa em saúde pública. Porém, mesmo sem apoio e permissão do poder público, o instituto sob regência e importância política de Oswaldo Cruz, caminhou em direção às suas convicções que se assemelhavam ao projeto desenvolvido por Pasteur. A rebeldia de Oswaldo Cruz e de seus companheiros, de certa maneira, possibilitou o desenvolvimento de Manguinhos para além da solução de problemas imediatos do Estado, na medida em que passou a se dedicar aos estudos da medicina humana e da medicina veterinária. Portanto, obtiveram como resultado o início da construção do seu *campus* e da elaboração de um centro de medicina experimental⁶.

A fonte de sobrevivência financeira e agente motriz para o crescimento físico-estrutural e científico de Manguinhos assentou-se na comercialização dos produtos biológicos produzidos internamente. Para tanto, a descoberta de vacinas e produtos biológicos revelou uma espinhosa questão acerca dos responsáveis pelos direitos e *royalties* dos produtos, dividindo opiniões em Manguinhos. A solução para o problema do patenteamento colocou em debate três diferentes vertentes de pensamento, como sugere Carlos Ponte (2012) e Nara Brito (1995); um primeiro grupo defendia a destinação dos *royalties* aos criadores dos produtos; o segundo pleiteava a distribuição para a equipe de trabalho a fim de melhorar os salários e, por fim, o terceiro grupo reivindicava a destinação dos recursos para a compra de materiais para o instituto.

⁶ Para saber mais, ver: STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira. Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

Alguns exemplos de patentes como a descoberta da vacina contra a maqueira⁷ de autoria do pesquisador Alcides Godoy levantaram polêmica por se tratar de um produto que rendeu grandes quantias financeiras. Este caso teve um desenrolar curioso que reflete bem a influência de Oswaldo Cruz na instituição e como se desenvolveu as práticas cotidianas de produção versus recursos na trajetória do instituto. Carlos Ponte (2012) aponta que Alcides Godoy sob influência de Oswaldo Cruz, registrou em cartório o produto com o intuito de obter o reconhecimento do feito, permitindo que o instituto explorasse comercialmente a vacina em favor do desenvolvimento das atividades científicas, sob pena de anulação da concessão em caso de descumprimento por parte de Manguinhos. Carlos Ponte (2012) salienta que, além do registro em cartório, Godoy e Oswaldo Cruz firmaram um acordo verbal, concedendo a Godoy o direito de 5% da renda bruta da vacina até 1917 e 8% nos anos subsequentes (CHAMAS, 2006).

A vacina da maqueira foi produzida até 1939 por Manguinhos, considerada pela historiografia⁸ como o pilar de sustentação do instituto nos primeiros anos de sua existência, tendo em vista que as receitas arrecadadas por sua comercialização eram destinadas para o orçamento interno, representando volumosas quantias financeiras. Vale ressaltar que neste período o governo federal repassava escassos recursos financeiros para o instituto, tanto para o seu desenvolvimento no campo da pesquisa, produção e ensino, como para reformas estruturais e crescimento físico (BENCHIMOL, 1990).

O reconhecimento do instituto a nível nacional só virá a partir de 1907, com a premiação no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia em Berlim, sendo o único representante latino-americano. Tal feito proporcionou prestígio internacional, apesar de certas pesquisas e pesquisadores do instituto já serem conhecidos fora do Brasil.

Oswaldo Cruz aproveitou o momento positivo vivenciado pelo instituto, ao lado de sua influência política como diretor da Diretoria Geral da Saúde Pública, conseguindo no Congresso a aprovação para modificar o regulamento da instituição. Assim, em 1907 foi nomeado de Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, alterado pelo Decreto nº 6.891 de 19 de março de 1908 para Instituto Oswaldo Cruz, normatizando as bases de sua

⁷ A vacina contra a peste da maqueira foi a primeira vacina veterinária registrada no Brasil datada de 1906 de autoria do cientista do Instituto de Manguinhos, Alcides Godoy, utilizada para prevenir o Carbúnculo sintomático também conhecido como "Peste da Maqueira", "Mal do ano", "Quarto inchado", que ataca essencialmente bovinos em fase jovem.

⁸ O tema dispõe de um grande volume de publicações que retratam de maneira minuciosa a importância e desdobramentos, tanto da vacina da maqueira como de outros produtos biológicos comercializados por Manguinhos no início do século. Além dos autores já mencionados como Chamas (2006), Ponte (2012), sugerimos a leitura de: MORAES. A. F. *Informação e inovação na vacina da Peste da Maqueira*. Informação & Sociedade (UFPB. Impresso), v. 18, p. 97-103, 2008.; e BENCHIMOL (1990).

atuação em produção, pesquisa e ensino em um centro de medicina experimental, presentes até os dias de hoje.

O novo regulamento versa que Manguinhos não responderá à Diretoria Geral da Saúde Pública, ficando submetido diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior. Esta medida eleva o nível hierárquico do instituto, acarretando dentre outras circunstâncias a possibilidade de ampliar o quadro de pessoal e negociar melhores condições a nível de investimento.

O decreto prevê “inteira e franca autonomia nas investigações técnico científica”⁹, determinando que o diretor da entidade será escolhido pelo Presidente da República, com autonomia administrativa, financeira, podendo contratar, demitir e nomear sob a condição de aprovação do governo. Dessa forma, criou-se uma hierarquia organizacional, com cargos e salários determinados, podendo ou não ser contratado via concurso, nomeação do governo ou escolha da diretoria conforme o cargo¹⁰. No entanto, o que se verificou nos primeiros anos em Manguinhos foi uma “falsa” divisão do trabalho, como aponta Ponte (2012), os trabalhadores se ocupavam de múltiplas funções das áreas de pesquisa e produção, não havendo uma clara separação entre elas. Para além disso, o decreto autoriza conforme aponta o Art. 7, a comercialização de vacinas, soros e produtos congêneres sob preços estipulados em tabela específica da referida lei.

Fica prevista como atribuições do instituto o estudo das moléstias do homem, dos animais e plantas, o estudo das questões acerca da higiene e da zoologia, o preparo de soros terapêuticos e demais congêneres ao tratamento de moléstias, e a função de ser uma escola veterinária. Além disso, o decreto prevê que os trabalhos desenvolvidos pelo instituto serão publicados em memórias, incentivando a publicação e a construção de um acervo científico e tecnológico em saúde¹¹.

A criação do Instituto Oswaldo Cruz em 1908 significou a primeira mudança institucional em Manguinhos, revelando um duplo caminho na construção de sua identidade; de um lado, ganha ares de formalidade e autonomia a partir do Decreto nº 6.891 que de certa maneira permitiu desenvolver políticas institucionais próximas a ideia de

⁹ BRASIL. Decreto nº 6.891, de 19 de março de 1908. Aprova, para o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, que passa a denominar-se Instituto «Oswaldo Cruz», o regulamento a que se refere o art. 3º do decreto n. 1802, de 12 de dezembro de 1907.

¹⁰ O quadro profissional de acordo com o Decreto nº 6.891 será composto pelo Art. 20. Diretor (escolhido pelo Presidente da República); Art. 22. Chefes de serviço (nomeados pelo Presidente da República, escolhido dentre os assistentes). Responsáveis por efetuar estudos e desempenhar comissões que lhes forem assinaladas pelo diretor (Art. 23); Art. 24. Assistentes (serão nomeados pelo Presidente da República, mediante concurso, exceto nas primeiras nomeações. Trata dos pesquisadores e comissionados que trabalhem com o Diretor e chefes de serviços (Art. 25).

¹¹ BRASIL. Decreto nº 6.891, de 19 de março de 1908, Art. 2 e Art. 13 a 17.

ensino, pesquisa e extensão reconhecidas pelo Estado, possibilitando a edificação da noção de instituição de interesse público; por outro lado, o embrião que dá vida ao instituto é de matriz privada sob referência do Instituto Pasteur de Paris¹², e almejada por Oswaldo Cruz como uma instituição independente do Estado. Este último ponto foi incrementado pelo discurso da autonomia e crescimento por meio do incentivo a descoberta de novos produtos biológicos para serem comercializados e consequentemente obterem as receitas das vendas.

Vale ressaltar que Oswaldo Cruz e demais pesquisadores da saúde pública não tinham no Estado a referência de desenvolvimento para as atividades científicas, pois não havia um projeto de investimento em tal modalidade no país, a saúde e pesquisa científica não eram de responsabilidade do Estado, e os centros internacionais de referência eram de base privada. Por seu turno, falece Oswaldo Cruz em 1917 por problemas de saúde. Sua morte cria o “mito” (BRITO, 1995) em torno de seu personagem, que de alguma maneira dá novos ares de importância para a saúde brasileira. Carlos Chagas, um de seus discípulos e amigo, assume a direção do instituto até seu falecimento em novembro de 1934. A administração de Chagas manteve o legado inicial de Oswaldo Cruz e conseguiu, de certa forma, dinamizá-lo, mesmo sob fortes pressões internas e externas¹³. Durante a década de 1920, o instituto viveu intensos conflitos políticos, períodos de crises financeiras, insatisfação de pesquisadores e do governo, experimentando duas novas regulamentações internas em 1919 e 1926.

As duas primeiras décadas do século XX eram caracterizadas pela informalidade, com contratações de novos profissionais de forma autônoma, bem como alterações de cargos e promoções feitas ao gosto dos dirigentes. Diferentemente do que vinha ocorrendo nos decênios anteriores com relação a contratação e atribuições de trabalhadores, os anos de 1920 foram reconhecidos por imprimir uma maior formalização e profissionalização do instituto, a partir do estabelecimento de hierarquias, uma maior especialização dos profissionais e o estabelecimento de atribuições específicas. Nesse ínterim, assiste-se também aos primeiros choques em relação aos salários diferenciados, laboratórios mais ou menos beneficiados pela diretoria, e as formalidades do trabalho (BENCHIMOL, 2001).

Esse período conhecido pela historiografia como “a mercantilização da ciência”, revelou o interesse dos pesquisadores e do instituto em produzir biólogos ambicionando o lucro e o mercado, uma vez que “tornaram-se atividades lucrativas capazes de proporcionar

¹² Embora atuasse como utilidade pública, o Instituto Pasteur gozava de autonomia de livre-mercado devido ao seu caráter de instituição privada

¹³ Para uma leitura aprofundada sobre Carlos Chagas e sua relação com o Instituto de Manguinhos, ver a tese da historiadora da Casa de Oswaldo Cruz: KROPF, S, P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

retornos mais vantajosos do que os empregos públicos” (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993, p. 175). O próprio regulamento interno do instituto em 1919 apontava para este cenário, o que até então fora previsto pelo regulamento de 1908 no sentido de limitar a venda de soros e vacinas. O novo regimento de 1919 regulava a venda e apropriação de 50% da renda para o instituto e o restante aos funcionários que descobriram o produto¹⁴. Esta medida causou grande polêmica na época, Carlos Chagas sofreu forte pressão política, sobretudo pelo fato de transferir os lucros e dar direito de patente aos pesquisadores na descoberta de novos produtos. A passagem abaixo ajuda-nos a entender as contradições desse período.

Não se pode negar que coexistiam naquele momento situações as mais paradoxais. Como pesquisadores de um laboratório público, eram estimulados a inventar por meio da privatização de parte dos benefícios gerados pela invenção. Por outro lado, fundavam laboratórios privados, usando o prestígio da instituição pública para incrementar o valor de uso e troca de suas mercadorias. Uma invenção do Instituto, como o *sorosol*, podia aparecer na propaganda de um destes laboratórios com o nome ligeiramente alterado para *neo-sorosol*. A situação tornava-se mais absurda se nos lembrarmos de que a lei que regulamentou o Departamento Nacional de Saúde Pública conferiu ao IOC a atribuição de fiscalizar a qualidade dos soros, vacinas e outros imunobiológicos vendidos no mercado. Seus técnicos viam-se, assim, na contingência de colocar sobre a bancada os produtos que eles mesmos fabricavam fora do Instituto para determinar os padrões relativos à dosagem dos soros, estabelecer as condições que devem preencher os produtos e as disposições necessárias à boa fiscalização deles (BENCHIMOL, 1993, p. 189-190).

A chamada mercantilização do instituto caminhou lado a lado com as críticas de diversos setores como a imprensa e a elite política, somadas a um contexto de defasagem salarial e escassos investimentos públicos em Manguinhos. A crescente venda de produtos e a falta de investimento, aliada a um quadro de crise econômica no país e o atraso na modernização da pesquisa científica no período a seguir à I Guerra Mundial, promoveram o conflito entre o público e o privado na produção e distribuição de terapêuticos (BENCHIMOL, 1993). Anunciava-se os primeiros passos de Manguinhos em direção a dicotomia entre a identidade de ser pública, prezando pelo interesse público e a busca pela flexibilidade, orientada pela linguagem privada, mantendo-se vinculada ao setor público.

Neste período, Carlos Chagas conduziu com certa astúcia e com boa dose de articulação política os conflitos, mantendo-se firme na direção do instituto até sua morte. Por outro lado, com o fim de seu mandato, verificou-se uma ruptura na liderança organizacional no instituto, os grandes ícones da pesquisa e da política saem de cena. A

¹⁴ Até 1919 os produtos produzidos e comercializados pelo instituto não dispunham de autonomia para o repasse exclusivo das receitas ao instituto. Isto quer dizer que o Estado tinha certo controle sobre estes produtos, limitando a venda e destinação das receitas para Manguinhos. Porém, a partir do novo regulamento escrito pelo governo federal de 1919, o instituto passa a ter em todos os produtos 50% da renda e o restante será atribuído aos pesquisadores que obtiverem a autoria do produto.

historiografia aponta que com sua saída, ocorre um divisor de águas na trajetória de Manguinhos, representativo do fim da chamada fase heroica, relativa às gestões de seu fundador e líder maior e daquele que este escolheu para seu herdeiro (KROPF, 2006).

O período que se estende de 1930 até meados dos anos de 1950 é tratado pela historiografia¹⁵ como a “decadência de Manguinhos”. Utilizam como argumento a ruptura das grandes lideranças gerenciais do instituto após a morte de Carlos Chagas e a falta de investimentos oriundos do Estado. Para estes estudiosos, os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas consistiu na centralização da administração pública, rompendo de certa forma com a autonomia até então desfrutada pelo instituto. Porém, a centralidade da decadência é vista como institucional, a partir da redução dos salários e dos recursos financeiros no instituto.

Por outro lado, Haity Moussatché (1998), pesquisador de grande renome das ciências brasileiras e integrante de Manguinhos desde os tempos de Carlos Chagas até o final do século XX, relativiza o conceito de decadência do instituto nesse período. Para Moussatché, o que se verificou foi apenas a continuação do que já vinha ocorrendo no cenário nacional – o descaso com a ciência e saúde. Isto porque nos tempos de Oswaldo Cruz os salários eram excelentes em certo momento, “um investigador do instituto tinha salário quase igual ao de um desembargador. Depois, foi se deteriorando”. Segundo ele, isso ocorria porque Oswaldo Cruz conseguiu respaldo político com campanhas sanitárias, dentre elas, o saneamento na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, na perspectiva de Moussatché (1998, p. 15) a “decadência de Manguinhos” pode ser melhor explicada da seguinte maneira:

A degeneração do trabalho, do pagamento do salário, representou a decadência do próprio Brasil, que não entendia o significado da ciência, como talvez ainda hoje não entenda perfeitamente. Espero que vá melhorar com a criação do Ministério da Ciência. De modo que não se podia falar em decadência do instituto... E a qualidade dos profissionais que estavam aqui. É verdade que alguns não tinham essa qualidade, este era o nosso problema. Nós achávamos que estes podiam perfeitamente ocupar outros postos que não os do Instituto Oswaldo Cruz. Mas não havia decadência. Não sei nem se se pode falar em decadência da ciência no Brasil... ainda não havia ascensão, era muito ruim. Oswaldo Cruz foi uma exceção, e muitas vezes se diz que a criação do instituto foi uma exceção, devido a seu prestígio. A ciência não tinha significado algum. Nós dizíamos que se um dia fechassem todas as instituições científicas do Brasil, ninguém se daria conta! Mas isso era o Brasil, não era o instituto.

O que ambos os lados concordam refere-se à separação entre pesquisa básica e aplicada após a saída de Carlos Chagas. Apontam que nos tempos de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas não havia uma divisão do trabalho e de metodologia de pesquisa, pois os

¹⁵ Ver: BENCHIMOL (1990), (2001), KROPF (2006), PONTE (2012), HAMILTON (1989), STEPAN (1976).

pesquisadores atuavam tanto na pesquisa aplicada ou tecnológica (produção) como na pesquisa básica ou acadêmica. Nos anos subseqüentes ocorre esta divisão contribuindo para a bipolaridade interna entre pesquisa *versus* produção que será um dos eixos centrais de debate na instituição até os dias de hoje¹⁶.

Nessa medida, o período apresentado foi essencialmente marcado pela Era Vargas, nome atribuído aos anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do governo brasileiro (1930-1950)¹⁷. No contexto econômico, a principal transformação se deve à redefinição do modelo econômico do país através do incremento da indústria de bens de produção (MENDONÇA, 1996). Em linhas gerais a Era Vargas caracterizou-se pela redefinição do papel do Estado que passa a assumir a centralidade do poder público, intervindo nos setores econômicos como a saúde, criando indústrias de base orientadas pela via da industrialização por substituição de importações com produção voltada para o mercado interno (MENDONÇA, 1996).

Para além disso, Vargas pode ser entendido como o criador do Estado administrativo no Brasil, responsável pela formalização da gestão e organização do setor público. Vargas dá início a uma série de medidas para padronizar, regular e normatizar o serviço público e os funcionários públicos, como por exemplo, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de 1939, substituído em 1952. Além disso, formalizou o direito do trabalho através do Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que trata da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), existente a duras penas até os dias de hoje. No campo ideológico, Vargas foi o responsável pela construção de um projeto de nação, “construiu um homem novo: o trabalhador brasileiro”¹⁸.

As reformas foram diversas na política, economia, sociedade, e o campo da saúde não passou despercebido, pelo contrário, decorreu um período de grandes acontecimentos. Por seu turno, com o falecimento de Carlos Chagas o governo nomeia Antônio Cardoso Fontes para dirigir o instituto de 1935 a 1942. Isto significou, como já apontamos, a ruptura nas gestões dos “heróis” de Manguinhos, mas também interrompe os mandados vitalícios, cabendo destacar que tanto Fontes como Figueiredo de Vasconcellos, que era o candidato indicado pelos pesquisadores, foram opositores políticos de Carlos Chagas (KROPF, 2006,

¹⁶ Para saber mais a respeito do debate entre pesquisa aplicada *versus* pesquisa básica em Manguinhos, ver: PONTE (2012).

¹⁷ A Era Vargas corresponde ao período em que Getúlio Vargas esteve à frente da presidência do Brasil. Divide-se em três fases: 1930-1934 de Governo Provisório; 1934-1937 de Governo Constitucional; 1937-1945 de Estado Novo ou ditadura Vargas.

¹⁸ Acerca desse período, ver: OLIVEIRA, L, L.; VELLOSO, M, P.; GOMES, A, M, C. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; MENDONÇA, S, R. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1996.

p. 257). A crise política que já vinha se arrastando nos anos de 1920 foi ampliada na década de 1930 com nomeações de dirigentes “fora” da realidade interna de Manguinhos, chegando a casos vexatórios como a renúncia de Olympio da Fonseca (1949-1953), acusado e confirmado seu envolvimento em desvio de dinheiro e corrupção. Este período segundo Benchimol (2001) significou até este momento a mais grave crise de sua história.

Gilberto Hochman (2005) aponta que as reformas na saúde acompanharam a instabilidade na política durante o Governo Provisório de Vargas (1930-1934). Neste período, o Instituto Oswaldo Cruz é rebatizado para Departamento Nacional de Medicina Experimental pelo Decreto nº 20.043 de 27 de maio de 1931, ficando subordinado ao recém-criado Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). De certa maneira, esta medida antecipa as reformas na administração pública que ocorrerão de forma mais estruturada a partir de 1937. Contudo, já se podia notar nas determinações do decreto¹⁹ uma reconfiguração na estrutura administrativa do instituto, estabelecendo diretrizes administrativas de um Estado centralizado que rompe com a descentralização e autonomia vivenciada até este momento.

Por conseguinte, é a partir da direção de Gustavo Capanema no MESP (1934/1945) que é possível averiguar as transformações mais sólidas da reforma na saúde engendrada na era Vargas. Observa-se a “construção institucional da saúde pública enquanto política estatal” (Hochman, 2005, p. 131). A reforma foi posta em prática em 1937 dentro do regime ditatorial (1937/1945), materializou no campo da saúde um conjunto de proposições da agenda de reformas do Estado Novo, especialmente, a reforma na administração pública operada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938.

De acordo com a Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 institui-se a “reforma Capanema” e o MESP passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde (MES) e em 1941 são criados os Serviços Nacionais que verticalizaram as campanhas de doenças e endemias. Tais medidas contribuíram para ampliar a atuação do governo no território nacional, criando políticas estruturadas de penetração, implementação e supervisão de ações na área da saúde. A complexidade das ações de Gustavo Capanema estende os limites deste trabalho. Em síntese:

Apesar de continuar longe de ter logrado alcance nacional e de produzir soluções para os problemas sanitários do país, a saúde pública, na gestão de Gustavo Capanema, tornou-se institucionalmente mais complexa, estabeleceu raízes e contradições que perduraram décadas, e revela diferentes e intrincadas faces do Estado varguista e da saúde pública brasileira. Em particular, organizou, centralizou e profissionalizou a saúde pública, mantendo-a fortemente associada

¹⁹ O Decreto lei nº 20.043 de 1931 em seu Capítulo III, Das Secções Administrativas, nos artigos 28 ao 33, confirmam a delimitação administrativa burocrática e de controle em Manguinhos.

ao ideário de construção da nacionalidade por meio de um Estado forte e autoritário (HOCHMAN, 2005, p. 139).

Em 1942, de acordo com o Decreto-Lei nº 10.252 foi aprovado o novo regimento do Instituto, na ocasião seu diretor era Henrique Aragão. De acordo com Jaime Benchimol e Wanda Hamilton²⁰ este período que abrange a Segunda Grande Guerra Mundial demarca uma dinamização nos aportes financeiros para Manguinhos, sobretudo para atender às demandas militares, acarretando uma maior produção de soros, vacinas e produtos biológicos.

Para além disso, o decreto introduz uma nova formatação na matriz organizacional, substituindo as antigas sessões de trabalho em múltiplas divisões, por exemplo, divisão de fisiologia, zoologia médica, de patologia, assim por diante. Esta segmentação emana uma divisão do trabalho em formas complexas e diversificadas, com um processo de burocratização e controle do Estado para os organismos públicos da Era Vargas. Portanto, rompe com a estrutura flexível do instituto assente na atuação do trabalhador em vários campos de pesquisa e segmentos diversos, criando uma setorização de trabalhadores e de projetos de pesquisa, além de uma especialização direcionada para cada divisão estabelecida.

Soma-se a isto dois outros pontos que a historiografia aponta como questões problemáticas para o instituto. Em primeiro lugar, a presença do Estado rompendo com os paradigmas organizacionais no Instituto Oswaldo Cruz, fizeram com que as áreas de pesquisa e produção fossem desvinculadas. Para autores como Benchimol (1990; 2001) e Hamilton (1989), isto ocorreria pela burocratização e divisão do trabalho engendrados pelo governo, assim como pelas transformações da ciência e tecnologia em nível mundial. Em segundo lugar, a partir de 1950, sendo Henrique Aragão seu último remanescente, Manguinhos assiste ao colapso da tradição de diretores com cargos vitalícios e dos longos períodos de administração, pondo fim aos grandes projetos de gestão, com administrações curtas e incapazes de criar uma política institucional de maior alcance.

Por outro lado, Gilberto Hochman (2005, p. 138) sugere que durante o Estado Novo de Vargas o Departamento Nacional de Saúde motivado pelo “reordenamento da estrutura administrativa da saúde pública, com sua incorporação em novos formatos e conteúdo à agenda oficial do governo, demandou uma nova especialização: o profissional de saúde empregado pelo Estado”. Dessa forma, percebe-se uma tendência, especialmente de caráter liberal, em atribuir a flexibilidade e autonomia de forma desconectada do controle do Estado aos grandes feitos, à solução perfeita para o desenvolvimento. Para tanto, a mercantilização

²⁰ Ver HAMILTON, Wanda. *Massacre de Manguinhos - Crônica de uma morte anunciada* (in *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, vol. 1, nº 1). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989 e BENCHIMOL (1990).

que vinha se acentuando na década de 1920 em Manguinhos e a enorme liberdade de atuar de um organismo público, passa a ser reivindicada pelo Estado, organizando sua forma de atuar e colocando limites, por exemplo na autonomia de mercado e as flexibilizações nas relações de trabalho.

Diante disso, os efeitos da Era Vargas podem ser traduzidos de duas maneiras antagônicas. De um lado, o instituto foi rebaixado hierarquicamente para o Departamento Nacional de Saúde (DNS), sendo proibido de prover do lucro da comercialização de produtos biológicos que passam a pertencer a União, retirando sua autonomia financeira e administrativa na medida em que estabelece que o governo será o único responsável pelo financiamento da instituição. Carlos Ponte (2012) indica que na Era Vargas ocorreu um decréscimo na transferência de recursos do Estado para o instituto no que concerne ao desenvolvimento das atividades autônomas de pesquisa e produção, ao contrário dos investimentos orientados aos interesses específicos do governo.

Nota-se também uma rearticulação geral nas bases institucionais de Manguinhos, a autonomia administrativa oriunda de dirigentes envolvidos com sua agenda que vinha desde Oswaldo Cruz foi posta em causa, e incorporados diretores escolhidos pelo Governo que pouco conheciam da sua realidade. Do mesmo modo, perdeu seu principal meio de recurso financeiro²¹, que compunha a espinha dorsal do instituto: a comercialização de seus produtos; ao mesmo tempo em que põe fim as liberdades ou “competição” de seus pesquisadores na busca por novas patentes e geração de novos produtos. Outro fator que gerou grande polêmica no instituto assenta no fim da acumulação de cargos públicos, prática comum em Manguinhos, em certo sentido, operada pelo desprestígio político e escassos recursos financeiros, assim como pela política de flexibilidade organizacional.

Por outro lado, observa-se o envolvimento do Estado na saúde pública, de quase total abandono a um Estado centralizador, organizador e financiador. Como apontou Benchimol (2001), o instituto na Era Vargas, até o fim da gestão de Henrique Aragão (1942-49), obteve uma dinamização até então irreconhecível no que diz respeito à produção de vacinas, soros e produtos biológicos. A produção de Manguinhos subiu a elevados patamares, construindo nos moldes das reformas do Estado Novo, uma “industrialização”

²¹ É importante mencionar que a saúde pública brasileira historicamente sofre com a falta de recursos do Estado, investimentos de modo em geral. A precariedade existente nos anos iniciais do Instituto Oswaldo Cruz era latente e como saída para a construção de um projeto de pesquisa e ensino, era necessário a produção de vacinas para angariar recursos em grande medida para sua própria sobrevivência e manutenção de qualquer projeto de futuro. Buscamos argumentar ao longo do trabalho que a saúde é um direito social e dever do Estado, ambas devem andar juntas. Dessa forma, a flexibilidade via mercantilização e descentralização rumo aos métodos privados é encarado como uma forma não coerente com nossa proposta, mas com as devidas relativizações do período histórico em análise.

de Manguinhos²². A estrutura gerencial autônoma e flexível deu lugar à profissionalização de técnicas de controle e fiscalização do Estado, obrigatoriedade de concurso público, que por vezes fora criticado devido a longa demora em abrir novas vagas (BENCHIMOL, 2001). Portanto, o Estado passa a atuar diretamente na saúde, gera novas formas institucionais para o instituto, mas não rompe com a tradição de segundo plano da pesquisa científica e a saúde no cenário político e financeiro do Estado.

Retomemos o fim da gestão de Henrique Aragão (1942/1949), que como já mencionamos, significou a ruptura nas gestões vitalícias, sucedidas por gestões de curto prazo. Este fato marca o início de uma trajetória organizacional bastante conturbada para Manguinhos no que se refere aos cargos diretivos e a construção de um projeto político institucional que fosse compartilhada pelos membros do instituto. A introdução da divisão do trabalho e de métodos burocráticos na atividade cotidiana de Manguinhos, e a centralização do instituto perante ao Estado, acarretaram um clima bem diferente dos anos iniciais e pôs em questão qual seria o rumo a seguir.

Para Carlos Ponte (2012), após a gestão de Aragão, os fatores externos no campo da política, economia e sociedade influenciaram de maneira negativa o desenvolvimento de Manguinhos, mas o autor salienta que os responsáveis por sua gestão não tiveram a mesma habilidade gerencial e política de seus antecessores. Manguinhos mergulha numa fase de perda do prestígio político e importância social, caindo no esquecimento e a cada gestão sua identidade fundadora e a perspectiva de crescimento passam a ser coisa do passado. Jaime Benchimol (1990) atribui a decadência de Manguinhos à sua perda de autonomia administrativa e financeira, à vulnerabilidade do instituto frente às ordens do poder público, à perda do direito de venda e arrecadação das receitas provenientes dos produtos biológicos, vivendo com míseros recursos do Estado e a crise de legitimidade política interna.

Este período é marcado por instabilidade política, crise financeira e a emergência do capital monopolista no Brasil. Além disso, as grandes epidemias, que de certa maneira contribuíram para o desenvolvimento de Manguinhos, tiveram uma redução pelo país neste período. Em 1951 foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e em 1953 o MES é desmembrado em Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC). Embora a criação do CNPq represente um passo em direção à promoção da ciência no país, por meio de bolsas de pesquisas, incentivos financeiros e auxílios de modo geral, não se confirmou um projeto de desenvolvimento científico e tecnológico que integre educação e saúde. Já com o fim do MES, evidenciou-se além da separação ministerial entre saúde e

²² Em grande medida a produção esteve ligada sobretudo às necessidades militares, e ao projeto de ampliação da saúde pública no território brasileiro.

educação, a ruptura nos alicerces fundamentais do Instituto Oswaldo Cruz em pesquisa, ensino e produção.

O instituto ficou atrelado ao Ministério da Saúde, que nasce sem prestígio político e com escassos recursos financeiros, centrado no modelo médico assistencial e de combate às endemias. Nestas condições, Manguinhos passou a concentrar seus esforços em produzir soros, vacinas e reagentes para as campanhas sanitárias promovidas pelo Estado. O Ministério da Saúde atribuiu ao instituto uma mera importância funcional, com a responsabilidade de atender apenas as demandas pontuais.

Os reflexos dessas medidas para o instituto são emblemáticos, na medida em que põem em causa o dualismo institucional entre o público x privado e o projeto de ciência pura *versus* ciência aplicada (PONTE, 2012; HAMILTON, 1989). Todos estes fatores favoreceram para o esquecimento de Manguinhos no cenário nacional, e conseqüentemente a redução ainda maior dos recursos públicos para o instituto.

A comunidade científica brasileira, em sua maioria, adotou a posição hegemônica desenhada pelos Estados Unidos materializada na proposta de Vannevar Bush para a ciência e tecnológica dos países no contexto da guerra fria. De acordo com Ponte (2012, p. 101), a proposta de Bush defendia

plena liberdade acadêmica; o financiamento público da pesquisa básica; a criação de uma agência nacional de fomento à pesquisa (a National Science Foundation, criada em 1950) e a separação da pesquisa aplicada como área de interesse da iniciativa privada, entre outras diretrizes. Segundo esta visão após ser incorporado como objeto de estudo pela pesquisa aplicada, o novo conhecimento, cumprindo uma seqüência linear, passaria sucessivamente pelas fases de desenvolvimento, produção e comercialização. De acordo com este modelo, a ciência básica se constituiria, assim, numa espécie de reservatório de saber onde a indústria buscaria os insumos necessários à elaboração de novos produtos e processos.

A proposta que se articulava no cenário brasileiro de matriz imperialista estadunidense colocava em risco o desenvolvimento de uma pesquisa autônoma para o país, sobretudo de caráter público e estatal. O interesse das grandes corporações fica evidenciado na proposta de Bush, tendo adesão de um grande número de pesquisadores brasileiros e de Manguinhos. Contrapondo a visão de dependência científica, encontrava-se um grupo de pesquisadores com participação de uma outra ala de pensamento na comunidade de Manguinhos, que enxergava a saída para ciência e tecnologia com a criação de um Ministério da Ciência que fosse capaz de promover um espaço de participação da comunidade científica nas decisões acerca da construção de um projeto científico e tecnológico de base nacional, com políticas autônomas e com liberdade científica diante das regras impostas pelos órgãos governamentais (HAMILTON, 1989).

No entanto, após o golpe civil-militar de 1964, o cotidiano social de Manguinhos se altera substancialmente. O quadro de pesquisadores que vislumbravam um ministério das ciências e sua desvinculação do Ministério da Saúde, visando maior autonomia foram duramente perseguidos²³ pelo regime civil militar brasileiro e por seus apoiadores internos, como o ex-presidente do instituto, Olympio da Fonseca Filho (1949-1953).

Considerações finais

A presente investigação buscou apresentar de maneira sintética a trajetória do Instituto Oswaldo Cruz. Podemos observar que o Instituto Oswaldo Cruz se organiza, tendo como referência o Instituto Pasteur, cuja essência é de natureza privada. Não havia um projeto estatal de inserção nas áreas de pesquisa e desenvolvimento da saúde no Brasil. A referência de Oswaldo Cruz se baseava na liberdade de mercado, interessado em prestar serviço de saúde a população, mas se mantendo em atividade através de recursos captados no mercado.

Essa lógica, como foi possível averiguar, transformou-se completamente com a presença de Getúlio Vargas no governo federal, uma vez que a saúde passa a ser política de Estado. Dessa maneira, surge o dualismo entre o público e o privado na instituição, os choques entre interesses de lucratividade a partir da venda de produtos biológicos e da centralização imposta pelo poder público. Assim, a perda da liberdade de comercialização e obtenção de lucro pela via comercial e a perda de autonomia administrativa, são os fatores centrais que fazem parte de toda a trajetória do instituto até a criação da Fiocruz em 1970.

Portanto, propomos que a trajetória do IOC entre 1900 a 1970, possui tendências de fortalecimento de um modelo gerencial voltado para a liberdade econômica e administrativa, mantendo uma posição contrária à centralização e interferência do Estado em sua estrutura e funcionalidade. Assim, a compreensão da formação da Fiocruz e do conflito entre a noção de público e privado passa invariavelmente pelo resgate da trajetória forjada no IOC, tendo em vista que a Fiocruz foi construída a partir das diretrizes do IOC.

²³ No dia 01 de abril de 1970, o regime civil militar de Emílio Garrastazu Médici (1969/1974), cassou dez pesquisadores da Fiocruz no fatídico episódio chamado de "Massacre de Manguinhos". Resultou na suspensão de direitos políticos e aposentadoria compulsória para estes pesquisadores. Para saber mais ver o livro publicado por Herman Lent, médico e pesquisador que esteve entre os cassados, ver: LENT, Herman. *O massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Avenir, 1978.

DIMENSIONS OF THE PRIVATE IN THE TRAJECTORY OF THE OSWALDO CRUZ INSTITUTE (1900-1970)

Abstract: To present research it analyzes the path of the Instituto Oswaldo Cruz (IOC) in the years of 1900, date of his/her foundation up to 1970, when he/she becomes the Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Our objective is to understand and to identify nature lines deprived in the political and managerial construction of the institute. We broke of the presupposition that the Instituto Oswaldo Cruz looked for along his/her path, to build an institutional project of autonomous and flexible base, where we can observe in certain moments, a conflicting relationship with the state power. Therefore, our intention is to present possible approaches of the path of IOC with a perspective of interest and of deprived administration

Keyword: Instituto Oswaldo Cruz. Management trajectory. Public x private.

Referências

ARAÚJO-JORGE, Tania Cremonini. BARBOSA, Helene Santos. OLIVEIRA, Ricardo Lourenço de (org.). *Uma escola para a ciência e a saúde: 111 anos de ensino no Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2012.

BENCHIMOL, J. L. *Dos micróbios aos mosquitos. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. RIO DE JANEIRO: Editora Fiocruz/Editora da UFRJ, 1999.

_____. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001.

_____. (Coord.). *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz, 1990.

BENCHIMOL, Jaime L.; TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantã*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

BRASIL. Decreto nº 6.891, de 19 de março de 1908. Aprova, para o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, que passa a denominar-se Instituto «Oswaldo Cruz», o regulamento a que se refere o art. 3º do decreto n. 1802, de 12 de dezembro de 1907.

BRASIL. Decreto nº 6.891, de 19 de março de 1908.

BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1995.

_____. (Coord.). *Memória de Manguinhos*. Acervo de depoimentos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz, 1991.

CHAMAS, C. I. *A Propriedade Intelectual e a Vacina contra a Peste da Manqueira*. Revista Brasileira de Inovação. Rio de Janeiro: FINEP-UNICAMP, v. 5, no. 1, jan./jun. 2006

FRAGA, Clementino. *Vida e Obra de Oswaldo Cruz*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Relatório de Atividades 2000*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2001.

KROPF, S, P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2006.

HAMILTON, Wanda. *Massacre de Manguinhos - Crônica de uma morte anunciada*. (In Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz, vol. 1, nº 1). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.

LENT, Herman. *O massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Avenir. 1978.

MENDONÇA, S, R. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1996.

MORAES, A. F. *Informação e inovação na vacina da Peste da Manqueira*. Informação & Sociedade (UFPB. Impresso), v. 18, p. 97-103, 2008.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu. *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro; Fiocruz, 2003.

OLIVEIRA, L, L.; VELLOSO, M, P.; GOMES, A, M, C. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

PONTE, Carlos Fidelis. *Pesquisa versus Produção em Manguinhos: constrangimentos e perspectivas de desenvolvimento tecnológico em uma instituição pública*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SOBRE O AUTOR

Tiago Siqueira Reis é mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa (UNL); pesquisador integrante do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Recebido em 30/05/2017

Aceito em 27/11/2017